

# O REI E A CULTURA POPULAR NO TROVADORISMO IBÉRICO

José D'Assunção Barros<sup>1</sup>

## RESUMO

O objeto deste artigo é discutir as relações entre Poesia e Poder na prática trovadoresca medieval, examinando em particular a assimilação da poesia e da cultura popular no contexto do reinado de Dom Dinis de Portugal. As fontes escolhidas para identificação e análise das tensões sociais, e seu tratamento pelo poder régio, são as cantigas de amigo criadas por Dom Dinis, rei de Portugal no século XIII que foi também um grande trovador. O problema específico examinado são as relações entre o Rei e a cultura popular através da poesia.

**Palavras-chave:** poesia e poder, trovadores medievais, tensões sociais, nobreza.

## Poesia, Poder e Cultura Popular

Poesia e Poder frequentemente interagiram na história da literatura e dos gêneros poéticos. De igual maneira, não raramente na história os poderes constituídos perceberam a importância de se apropriar e lidar com a cultura popular, e isso também ocorreu com os gêneros poéticos populares, seja em sua forma escrita ou em sua forma performatizada, através do teatro ou da música. Um dos ambientes mais propícios ao exame destas relações entre Poesia e Poder, e particularmente entre o poder e a apropriação da poesia encaminhada através da cultura popular, foi o ambiente da poesia trovadoresca dos reinos medievais ibéricos (Portugal e Castela) nos séculos XIII e XIV. Nestes dois reinos da baixa Idade Média, uma realza trovadoresca, edificada a partir de um cuidadoso e sistemático projeto de difundir a imagem de um “rei sábio” amplamente preocupado com as questões culturais, estava na base do apoio que o trovadorismo galego-português recebeu nos séculos XIII e XIV tanto em Portugal e Castela. O Rei,

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Graduação e Mestrado em História, e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os livros publicados, destacam-se *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009) e *Teoria da História* (Petrópolis: Vozes, 2011). E-mail: jose.d.assun@globomail.com

como ocorre em diversos exemplos históricos da realeza, deveria transitar livremente entre os âmbitos sagrado e profano. Levando mais adiante esta investigação, veremos também que ele deveria também transitar através de outros âmbitos sociais no intuito de projetar plenamente a idéia de uma realeza onipresente a todos os aspectos da sociedade sobre a qual pretendia-se governar a partir deste novo modelo de sabedoria régia.

Por certo que, ao assegurar seu livre trânsito pelo sagrado e pelo profano, o rei se dá conta de interiorizar essa primeira dicotomia que se faz presente à sociedade medieval. Consegue-se assim abarcar um primeiro aspecto: aquele que opõe o primeiro lado do "triângulo funcional" ("os que oram") aos outros dois ("os que guerreiam" e "os que trabalham"). Já foi dito que, nas sociedades ibéricas, a idéia da trifuncionalidade se apresentou na concretude da vida diária de maneira singular, mais flexível, dadas as próprias condições impostas pela Reconquista e pelo embate centralizador. Em todo o caso, cumpre ao monarca também aproveitar a dicotomia entre os dois lados remanescentes deste "triângulo funcional" que se projeta no imaginário. Assim, é do rei se apresentar simultaneamente como representante da nobreza e representante do povo.

Na lírica trovadoresca galego-portuguesa, considerando-se a associação entre as cantigas de amor e a difusão dos valores feudo-vassálicos, e entre as cantigas de amigo e uma grande variedade de extratos de tradições populares, é significativo verificar que um rei-trovador como D. Dinis esmerou-se em compor em ambos os gêneros. Isto é, preocupou-se em percorrer simultaneamente o circuito cavaleiresco-cortesão e o circuito popular. É que, se com Afonso X de Castela um dos conflitos mais expressivos era aquele que opunha poder temporal e poder religioso, já com os dois monarcas portugueses — mas mais intensamente com D. Dinis — não há dúvida de que a grande tônica é dada pelo conflito entre o rei e parte da nobreza, mais precisamente contra o grupo interessado na autonomia senhorial. Vale sempre lembrar o levante dos grandes senhores do norte contra D. Dinis no final do seu governo. Dessa forma, se a produção lírica de D. Afonso X é o espaço privilegiado para se estudar a circularidade entre o sagrado e o profano, já D. Dinis será o grande modelo de rei-trovador que circula tanto pelos extratos culturais aristocráticos como pelos extratos da cultura popular. Sua produção inclui 76 cantigas de amor e 52 cantigas de amigo, devendo-se notar que o rei é um dos trovadores que mais subscreveram cantigas desta última espécie.

É sempre bom ter em conta que cultura popular não se liga exclusivamente à acepção restrita de cultura do povo, mas também àquela produção mais ampla que abarca uma totalidade social, uma cultura que é de todos e é de ninguém, adquirindo uma segunda vida à parte dos circuitos oficiais e elitizados de cultura<sup>2</sup>. Dessa forma, também os grupos sociais dominantes podem participar da cultura popular — mesmo quando responsáveis pela produção de uma cultura oficial ou, em outros casos, de uma cultura que se pretende associar a um extrato mais restrito da população. O que é notável nas cortes do ocidente-ibérico é que esse conjunto maior de uma cultura popular, na verdade um complexo formado pela superposição e imbricamento de várias tradições populares, é trazido para dentro da corte em franca convivência com uma cultura cortesã oficial representada seja pelas cantigas de amor, seja pelas cantigas ligadas à produção sacra (por exemplo, as *Cantigas de Santa Maria*).

Aliás, seria estéril uma discussão sobre até que ponto a poesia cortesã, mais ligada a uma tradição aristocrática, deve ser considerada parte de uma cultura oficial ou não. O fato é que essa poesia cortês se projetou em todo o Ocidente Europeu como a produção lírica comum a cortes senhoriais e régias em regiões que vão do Mediterrâneo ao Mar do Norte, assumindo o *status* de um paradigma. Mas também é fato que, sobretudo em regiões como o ocidente ibérico, essa poesia cortesã mais modelar entrou em processo de circularidade com toda uma poesia popular, em todos os sentidos. Há cantigas, por exemplo, em que as duas tradições aparecem imbricadas, sendo mesmo difícil classificá-las como uma cantiga de amor de tradição aristocrática ou uma cantiga de amigo de tradição popular<sup>3</sup>.

Ainda mais significativo é que os autores e intérpretes, tanto das cantigas de amor que seguem o modelo aristocrático provençal, como das cantigas de amigo que não seguem um único mas vários modelos populares, são os mesmos músicos-poetas. Tudo se dá como se tivéssemos não zonas culturais atreladas a grupos específicos, mas, ao contrário, níveis de cultura coexistentes dentro dos mesmos grupos ou indivíduos. Além disso, os trovadores pertencem a diversificados grupos sociais. Da nobreza aos segmentos sociais não-aristocráticos, convivem (em certos casos não sem tensões) no

---

<sup>2</sup> - Acepção empregada por BAKHTIN, 1985; GINZBURG, 1985 e ZUMTHOR, 1990.

<sup>3</sup> - Existem no cancionero diversos exemplos destas cantigas híbridas, misturando as duas tradições, ou tentando outras combinações possíveis, como os "escárnios de amor" e os "escárnios de amigo". Isso mostra que as diversas tradições, populares ou não, estão em permanente relação dialógica na produção trovadoresca.

mesmo ambiente trovadoresco. Enfim, a circularidade se apresenta no lirismo das cortes do ocidente ibérico em todas as facetas, o que já assinalamos como uma dos aspectos essencial do circuito trovadoresco galego-português.

### **A Realeza e o espaço público**

É sintomático que a emergência dos gêneros populares no lirismo das cortes ibéricas, sob o estímulo régio, se verifique em paralelo a outro processo: a emergência do público no século XIII. O público como designante do "indiferenciado, do anônimo, do de todos e de ninguém"<sup>4</sup> passa a se constituir em uma noção indispensável para a legalidade dos atos e a vigência das leis, que tanto interessavam aos projetos de centralização monárquica da dinastia de Borgonha e de Castela.

Em Portugal, o processo já se inicia com D. Afonso III e se intensifica com D. Dinis, onde é notável a sua estratégia de apelar para a opinião pública quando a sua autoridade é contestada. Foi o que aconteceu no conflito contra o infante D. Afonso e seus aliados da nobreza, quando mandou redigir e ler publicamente três manifestos em que defende seu ponto de vista contra o dos adversários<sup>5</sup>. O rei apoiado pela opinião pública contra a parte da nobreza que a ele se opõe, eis a fórmula de que D. Dinis parece lançar mão para enfrentar o conflito.

Pretender uma ligação mais estreita com o povo significa se aproximar na medida do possível dos diversificados segmentos que o constituem (e que a simplificada teoria da trifuncionalidade procura ignorar). Significa acercar-se de suas instituições, levar em consideração universos tão diferenciados como o 'rural' e o 'urbano'. O rei, por exemplo, não mede esforços para se mostrar como o 'protetor dos concelhos', procurando explorar a seu favor eventuais antagonismos entre estes e a nobreza. Mas nada como, à parte as atuações políticas e administrativas, aproximar-se do povo pelo viés da cultura. Nessa perspectiva pode ser visto o interesse de D. Dinis pelo lirismo autóctone, Não lhe interessa apenas o cotidiano da nobreza palaciana, mas também o cotidiano popular, que ele toma por objeto em diversas de suas cantigas de amigo.

Já havíamos ressaltado que, enquanto a 'mulher' das cantigas de amor sempre é retratada da mesma forma ideal (bela, pura e inatingível), já nas cantigas de amigo ela

---

<sup>4</sup> - MATTOSO, 1986, p. 64.

<sup>5</sup> - Referimo-nos aos manifestos tornados públicos entre julho de 1320 e dezembro de 1321.

aparece espontânea e em uma pluralidade de situações — por vezes só, por vezes dialogando com os mais variados confidentes: o próprio amigo, a mãe, a irmã, as amigas, a natureza, ou mesmo o amor<sup>6</sup>. Da mesma forma, aparecem como elementos determinantes em muitas delas a dança, o riso, a exaltação à vida, a concretude do amor — elementos típicos de uma cultura popular que se vai opor à cultura cortesã das cantigas de amor.

A variedade temática das cantigas de amigo pode nos dizer muito. Ela nos remete a uma variedade de extratos disto que podemos considerar uma cultura popular, sobretudo se mergulharmos na multiplicidade de ambientes que vão do rural ao urbano, do litoral ao interior, da montanha à planície. Nesse sentido, o conjunto das cantigas de amigo se refere tanto a um setor social mais amplo que se projeta para muito além da corte, como também a uma territorialidade que coincide com o próprio Portugal. Ou seja, esse conjunto permite abarcar não somente uma totalidade social diversificada como também uma territorialidade multipartida em vários ambientes. Ao rei oferece-se, através da apropriação da cantiga de amigo, uma oportunidade exemplar de integração da sociedade e do espaço pelo viés da cultura.

### **Dom Dinis e o espaço rural**

Um espaço privilegiado por D. Dinis é o meio rural. O vocabulário e a temática de diversas cantigas associam-se de imediato à natureza, ao meio campestre, à vida do homem comum. Isso também quer dizer algo. Na verdade, o mundo rural não-aristocrático está fartamente documentado nas cantigas de amigo de D. Dinis. Uma incidência constante é o fato de o rei tomar como personagem central, e por vezes primeira pessoa do discurso, uma pastora:

“Ua pastor ben talhada  
cuidava en seu amigo  
e estava, ben vos digo,  
per quant'eu vi, mui coitada,  
e diss': "Oimais non é nada  
de fiar per namorado  
nunca mol;her namorada,  
poisque o meu é errado”

---

<sup>6</sup> - O amigo (CV's 358, 207, 243); a mãe (CV's 881, 379, 291, 756, 797); a irmã (CV 902-CBN 1298); as amigas (CV's 462, 424); a natureza (CV 243); o amor (CV759).

Ela tragia na mão  
un papagai mui fremoso,  
cantando mui saboroso,  
ca entrava o verão,  
e diss': "Amigo loução,  
que faria per amores,  
pois m'errastes tan en vão?"  
E caeu antr'uas flores.

Ua gran peça do dia  
jouv'ali, que non falava,  
e a vezes acordava,  
e a vezes esmorecia,  
e diss': "Ai santa Maria,  
que será de min agora?"  
E o papagai dizia:  
"Bem, por quant'eu sei, senhora."

"Se me queres dar guarida"  
diss'a pastor, "di verdade,  
papagai, por caridade,  
ca morte m'é esta vida"  
Diss'el: "Senhor [mui] comprida  
de ben, e non vos queixedes,  
ca o que vos à servida  
erged'olho e vee-lo-edes."

(D. Dinis; CV 137, CBN 534)

A valorização do meio pastoril é uma nota de originalidade em D. Dinis. Ela contradiz aquela idéia de que “o pastor, no início do século XIV, não merece mais consideração que os animais que cuida”<sup>7</sup>. Esse homem transumante, para quem não raro a sociedade feudal dirige um olhar de desconfiança, e “cujo gênero de vida permitia-lhe, não obstante, distanciar-se do grupo e das autoridades, para sua felicidade e sua desgraça, simultaneamente”<sup>8</sup>, parece ter um lugar especial na poesia do rei. Devemos nos perguntar por que essa valorização do meio pastoril é tão cara ao rei-trovador.

Em primeiro lugar, as regiões do pastoreio são sempre identificadas no imaginário português medieval com o "passado puro" (da mesma forma que mais tarde o mar seria identificado com o "novo"). Tanto as regiões transmontanas como a Beira Alta são associadas com o Portugal mais simples e mais ingênuo — e isso não só no imaginário português medieval como na produção renascentista de Gil Vicente.

---

<sup>7</sup> - MOLLAT, 1989. p. 166.

<sup>8</sup> - *Id. ibid.*

O nordeste montanhoso é também um lugar de isolamento, pelo que a integração territorial pretendida pelo monarca deve passar por uma superação das barreiras geográficas que separam a Beira Alta e a região transmontana do resto de Portugal<sup>9</sup>. Trata-se, inclusive, de uma região que está de fora do circuito de “visitações” régias, uma vez que, dentro do quadro de itinerância da corte régia, as residências do monarca concentram-se sobretudo na região central do país. Para um soberano que se quer onipresente, esta questão se coloca: como integrar estas regiões mais destacadas do reino, pouquíssimo visitadas pelo paço?

Por seu isolamento, facilmente o norte montanhoso se converte em *locus* da traição. Não é de se estranhar que, justamente na Beira, tenha ocorrido a seqüência de traições vassálicas por ocasião da Guerra Civil de 1245 — episódio que discutimos na análise da cantiga "A Lealdade da Bezerra pela Beira muito Anda". É também ali o lugar do exílio: para lá são enviados os derrotados políticos, as ameaças latentes, e os embaraços aos sucessivos rearranjos no equilíbrio de poder<sup>10</sup>.

Apesar do rareamento da presença monárquica nos territórios do Norte Interior, é bastante significativo que D. Dinis — monarca que passa a “visitar” o imaginário rural-pastoril em sua própria produção lírica — seja também o rei responsável por uma maior diversificação no circuito de visitas régias, prestigiando um pouco mais aquelas regiões beirãs e transmontanas<sup>11</sup>. Além de tornar mais denso e diversificado o “fluxo de ligações” do circuito de visitas régias, D. Dinis acrescenta-lhe precisamente o Norte Interior. As insistentes visitas ao “imaginário pastoril-transmontano”, desta forma, são acompanhadas discretamente por visitas da corte,

---

<sup>9</sup> - A Beira Alta separa-se da Beira Baixa pela Serra da Estrela. Esta serra, aliás, em seu alinhamento com a serra de Aire, é como que uma divisória entre dois “portugais” (conforme os estudos de Orlando Ribeiro em *Ensaio de Geografia Humana e Regional. Em Torno da geografia de Portugal*. Lisboa: Sa da Costa, 1970, p. 296-297). Em certo sentido, temos aí também uma “fronteira antropológica” entre dois países complementares que aparecem amalgamados em uma única unidade política. Por outro lado, a região montanhosa da Beira Alta e de Trás-os-Montes separa-se, pelo Maciço Galaico-Duriense, do Norte Atlântico — isto é, do Douro litoral e do Minho, que constituem na Idade Média em um verdadeiro “paraíso senhorial”. Assim temos, a sul e a oeste, a moldura geográfica para a especificidade humana da região alto-beirã e tras-montana, ressaltando-se ainda que este compartimento geográfico-antropológico acha-se atravessado por uma estreita faixa aplainada em torno do Alto-Douro, com perfil mais assemelhado à região minhota.

<sup>10</sup> - É para lá, nas proximidades de Lamego, que D. Dinis encaminha um irmão mais moço contra quem se defrontara militarmente em 1287. Derrotando-o, acantona-o no isolamento beirão, na esperança de evitar futuras rebeliões.

<sup>11</sup> - Compare-se os mapas representativos dos “itinerários régios” de D. Afonso III e D. Dinis, organizados por José Mattoso em *Identificação de um país*. v. II. p. 345).

ainda que estas sejam mais raras devido às dificuldades e ao isolamento geográfico imposto pela natureza.

Por outro lado, o distanciamento da Beira podia se converter em uma vantagem para o monarca, contanto que devidamente aproveitado. Os mecanismos de enfeudação se manifestavam com muito menor eficácia nas regiões pastoris do nordeste montanhoso, já que, por sua característica transumante, o trabalhador estava aí muito menos preso ao solo. Além disto, com toda uma tradição de solidariedade coletiva na luta contra os rigores climáticos e contra uma natureza inóspita, desenvolve-se nestes planaltos e montanhas do norte — mesmo entre os trabalhadores sedentários — uma maior capacidade de resistência local contra a expansão senhorial. Tudo isso fez com que, dentro de um norte de grande peso senhorial (em oposição a um centro e sul concelhios), a Beira Alta se afigurasse desde cedo como um enclave, uma zona de resistência à implantação do feudalismo<sup>12</sup>. Em suma, os grandes senhores feudais sempre tiveram pouca penetração nestas regiões — o que se deu tanto na concretude da vida diária como na dimensão do imaginário.

Os reis interessados em consolidar seu poder central sempre procuraram aproveitar essa brecha no norte francamente senhorial. A integração da Beira ao reino pela via do imaginário pode ser vista como um gradual processo que mais tarde culminaria com D. João II — já na dinastia de Avis — procurando projetar a imagem de um "rei-pastor" a partir de um circuito de significação que remete ao Rei Davi, também pastor (Gil Vicente, *Monólogo do Vaqueiro*, 1502).

Voltando ao momento que nos interessa, também os monarcas mais centralizadores da dinastia de Borgonha se preocupariam com essa apropriação do espaço ao nível das representações. Nada mais pertinente do que incorporar os temas pastoris ao circuito de representações veiculado pelas cantigas de amigo. A um só tempo, o rei-trovador podia integrar por essa produção cultural não apenas um território isolado, inclusive alheio às visitas de sua corte, como também se aproveitar de um ambiente resistente à penetração senhorial. Além disso, reintegrava aquele "passado puro", onde o pastor aparece sempre em perfeita comunhão com a natureza (observe-se

---

<sup>12</sup> - Isso mesmo considerando que, na primeira metade do século XIII, a vaga senhorial infiltra-se um pouco por toda a parte, mesmo na Beira Alta — neste caso, sobretudo “pela mão dos monges cistercienses de Tarouca e Salzedas, e de senhores como os Cunhas ou os Lumiares” (MATTOSO, J. *op. cit.* v. I. p. 99).



na cantiga atrás citada a interação da pastora com o mundo natural, ora adormecendo entre as flores, ora estabelecendo uma cumplicidade com os animais).

### **A poesia popular, o passado histórico puro e a integração à natureza**

O enaltecimento do passado histórico puro e da integração à natureza, aliás, vêm a integrar-se a motivações de natureza extra-ideológica, na verdade primordiais e profundamente vinculadas à *psique* do indivíduo. Se o monarca pretende traduzir no naturismo das cantigas de amigo o anseio ancestral pelo “passado histórico puro”, também escapa aí uma pulsão de ordem puramente psicológica de que o rei-poeta se apropria. Diante de uma civilização que o separa cada vez mais da natureza, o homem sofre de uma “nostalgia pela unidade perdida com a natureza”<sup>13</sup>.

É esta ‘nostalgia pelo passado natural’ que vem se juntar à “nostalgia pelo passado histórico puro”, constituindo uma resultante de forças extremamente sedutora por integrar a pulsão individual a uma necessidade social, aqui delineada pelo “ideológico régio”. A busca da “natureza perdida”, mesclada de lembranças de um “passado biológico” ao qual o homem não deixa de estar ligado por milhares de canais, vem ao encontro da busca de uma memória primordial do reino, voltada para o ancestral histórico e transformada em duplo vetor que aponta tanto para o passado do reino como para a sua unidade futura. Tudo isto emerge, em misteriosa amálgama, deste mundo pastoril distante e maravilhoso — às vezes tão ingênuo quanto mágico, onde um papagaio pode servir de confidente a uma pastora.

Cabe ainda uma observação sobre as cantigas de amigo pastoris de D. Dinis. Também o ambiente trovadoresco da França do Norte e de outros pontos da Europa conhece as pastorelas. Em alguns casos, remete-se também aí a um lugar distante dentro do imaginário, já que as pastorelas circulam por vezes dentro de uma simbologia pagã. Mas, freqüentemente, o tema básico é o de um cavaleiro que — passando pelo campo — concretiza um ato de amor com uma pastora, partindo logo em seguida. Ora, tal enredo se presta mais a uma valorização do aristocrático que do popular (afinal, tem-se um cavaleiro nobre e idealizado que seduz ou subjuga uma mulher do povo). O trovador-nobre, dessa forma, coloca na voz do povo o enaltecimento e admiração pela

---

<sup>13</sup> - FROMM, Erich. *Man for Himself*. London: 1960.

aristocracia — escondendo-se na narradora-personagem que conta o caso, ou então na impessoalidade de um narrador neutro.

Isso também ocorre em algumas cantigas de amigo compostas por trovadores-fidalgos galego-portugueses, onde — a pretexto de realizar o modelo tradicional das cantigas de amigo que são narradas por uma mulher — é na verdade um nobre que fala através de uma mulher do povo. Em D. Dinis, contudo, os personagens estão freqüentemente inseridos dentro da sociedade não-aristocrática — ou pelo menos não há uma referência a qualquer origem nobre do "amigo" da pastora, conforme pudemos observar na cantiga "Ua pastor bem talhada". O mesmo ocorre em outras cantigas, como as CV's 156 a 170 e outras mais.

### **Outros trovadores e a assimilação do popular**

Finalmente, cumpre notar que a apropriação régia das cantigas de amigo não é apanágio de D. Dinis, embora seja ele quem nos fornece em quantidade e qualidade uma série de exemplos significativos. Deve-se compreender, antes de tudo, que o rei não atua somente por intermédio de sua própria poesia. Em primeiro lugar, tendo se tornado um paradigma, o rei exerce uma influência — poética, inclusive — sobre outros trovadores. Em segundo lugar, muitos trovadores e jograis — interessados em se projetar no ambiente da corte régia — podem compor cantigas para agradar ao monarca, sendo que muitas destas cantigas podem ser bem adequadas ao projeto cultural régio.

Um D. Afonso III — que não era trovador, mas tinha a seu serviço ou sob sua influência diversos trovadores e jograis — podia por exemplo contar com cantigas de tradição popular que o enaltecessem. Isso nos mostra que ser um rei-trovador — como seu sogro Afonso X ou seu filho D. Dinis — não era condição *sine qua non* para que o monarca pudesse se apropriar da poesia popular e do ambiente trovadoresco. Para registro, destacamos a seguinte cantiga do jogral João Zorro — que teria se apresentado na corte do Bolonhês:

“— Cabelos, los meus cabelos  
el-rei m'enviou por elos;  
madre, que lhis farei?  
— Filha, dade-os a el-rei.

— Garcetas, las mias garcetas,

el-rei m'enviou por elas;  
madre, que lhis farei?  
— Filha, dade-as a el-rei.”  
(João Zorro; CV 756, CBN 1154)<sup>14</sup>

A voz do rei incorpora também a voz dos seus trovadores, dos personagens por eles criados, das mulheres a que se dá voz com a multiplicidade de cantigas de amigo. Vozes por dentro de vozes. Umas que filtram as outras; mas que as deixam soar, ainda que pouco perceptivelmente, nos secretos harmônicos que somente uma psico-antropologia histórica poderia decifrar. Oculta ou explícita nestas vozes, entreouve-se sutilmente a melodia régia, e por trás dela os clamores de um reino que busca a sua própria integração e a pluri-representação de seus modos de vida e visões de mundo. Eis que o rei, guardião da pirâmide de olhares de sua sociedade, toma também para si algumas de suas centenas de vozes, como que a estender para os mais escondidos recantos culturais o seu imenso senhorio ....

## Referências

*CANCIONEIRO DA AJUDA*. ed. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Halle: 1904. 2 v.

*CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL* (org.) Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado. Lisboa: Ocidente, 1949-1964.

*CANCIONEIRO PORTUGUEZ DA VATICANA*. Edição de Teófilo Braga. Lisboa: 1878.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Cantigas D'escarnho e de mal dizer*. Lisboa: Galáxia, 1975.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento — o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

FROMM, Erich. *Man for Himself*. London: Rinehart and Company, 1960.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

MATTOSO, José. *Identificação de um país - ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1986, 2 vol.

---

<sup>14</sup> - Isto é: "— Cabelos os meus cabelos/quer El-Rei ser dono deles/ — minha mãe, que lhes farei?/ — Filha, dai-os a El-Rei.", etc. (tradução de CORREIA, Natália em *Cantares dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa: Estampa, 1978. p. 227). Ainda com relação ao trovador que empresta a voz ao monarca, ver ainda a CV 756 do mesmo jogral.

MOLLAT, Michel. *O Pobre na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VICENTE, Gil. *Monólogo do Vaqueiro*. Porto: Porto Editora, 2003.

## THE KING AND POPULAR CULTURE IN THE IBERIAN GALICIAN-PORTUGUESE LYRIC

### ABSTRACT

The subject of this article is to discuss the relations between Poetry and Power in the troubadour-s practice, examining in particular the assimilation of poetry and popular culture in the context of the Kingdom of Dom Dinis of Portugal. The resources chosen for identification and analysis of social tensions, and its treatment by the kingdom power, are the ‘cantigas de amigo’ created by Dom Dinis, king of Portugal in the XIII century that was himself also a great troubadour. The specifically question examined is the relation between the King and the popular culture.

**Keywords:** poetry and power, medieval troubadours, socials tensions, aristocracy.